

PLANO DE ENSINO					
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
Nome da disciplina	RELAÇÕES DIGITAIS PRIVADAS				
Curso	PPGD – Mestrado em Direito				
Ano / Trimestre		Horas-aula	30	Créditos	2
Dias e Horários	Sexta à tarde, das <u>13h30 às 17h30</u> Dias 12/09/2025, 26/09/25, 10/10/2025, 24/10/25, 07/11/2025 e 28/11/25				
Professor	Dr. Jesualdo Eduardo de Almeida Junior lattes - https://lattes.cnpq.br/6159243179329399				
Contato	e-mail – jesualdo@jesualdojunior.com.br				
Material de apoio					
EMENTA					
<p>A disciplina tem por objetivo examinar os fundamentos do Direito Digital, seus princípios, conceitos e evolução normativa, bem como os impactos das tecnologias disruptivas no ordenamento jurídico brasileiro e internacional. Aborda a origem e desenvolvimento do ciberespaço, a construção da norma jurídica digital, a soberania cibernética e a autodeterminação informativa. Analisa os direitos fundamentais no ambiente digital, com destaque para a dignidade da pessoa humana, imagem, honra, privacidade, intimidade, direitos autorais em meio digital, propriedade e herança digitais, além da emergência dos neurodireitos e das novas formas de inclusão e discriminação algorítmica.</p> <p>Examina o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), sua evolução histórica, princípios e objetivos, bem como sua aplicação no confronto com as Big Techs e em modelos regulatórios comparados (EUA, União Europeia, China, Rússia e América Latina). Discute as relações jurídicas entre usuários, provedores e Estado, a responsabilidade civil no ambiente digital, a moderação de conteúdos, o enfrentamento das fake news, a proteção de crianças e adolescentes e a transparência algorítmica.</p> <p>Estuda a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), suas bases legais, princípios, fundamentos, direitos do titular, responsabilidades e sanções, com atenção especial ao tratamento de dados sensíveis, de crianças e adolescentes, bem como às diretrizes de segurança e boas práticas aplicadas ao setor público e privado.</p> <p>Explora os contratos digitais, a equivalência funcional, a validade das assinaturas eletrônicas (simples, avançada e qualificada), os contratos inteligentes (smart contracts) e a automação obrigacional, além da prática de atos jurídicos e notariais em meio digital. Aborda a segurança digital, a criptografia, a discussão sobre vulnerabilidades, as provas digitais em juízo, a cadeia de custódia e a perícia técnica como garantias de integridade probatória.</p> <p>Analisa as tecnologias emergentes, com destaque ao blockchain, criptoativos e sua aplicação no registro, prova e automação contratual. Estuda a Inteligência Artificial e seus reflexos no Direito, a partir de modelos regulatórios internacionais, bem como os princípios éticos aplicáveis, a governança algorítmica, a responsabilidade civil por danos, os regimes de responsabilidade subjetiva e objetiva e a aplicação da teoria do risco em ambiente digital. Discute ainda a criação de imagens por IA, a tutela preventiva, os neurodireitos e a proteção da liberdade cognitiva, além do papel da inteligência artificial na atividade jurisdicional, seus riscos e potencialidades.</p>					

OBJETIVOS	
Gerais	Proporcionar uma formação crítica e interdisciplinar acerca dos fundamentos, princípios e institutos do Direito Digital, capacitando o discente a compreender os impactos da transformação tecnológica no ordenamento jurídico; analisar, de forma comparada, os modelos regulatórios nacionais e internacionais aplicáveis ao ciberespaço, à proteção de dados, à inteligência artificial e às tecnologias emergentes; desenvolver competências acadêmicas e profissionais voltadas à pesquisa científica e à prática jurídica nos novos cenários digitais, considerando ética, governança e tutela dos direitos fundamentais.; estimular a construção de soluções jurídicas inovadoras que respondam aos desafios impostos pela sociedade hiperconectada, promovendo a integração entre Direito, tecnologia e cidadania.
Específicos	<ol style="list-style-type: none">1. Examinar os fundamentos teóricos do Direito Digital, sua evolução histórica e a construção normativa do ciberespaço, com ênfase na soberania cibernética e na autodeterminação informativa.2. Investigar a relação entre direitos fundamentais, direitos da personalidade e ambiente digital, abordando temas como proteção da imagem, privacidade, dignidade da pessoa humana, neurodireitos e herança digital.3. Estudar a disciplina dos direitos autorais no contexto tecnológico contemporâneo, analisando suas limitações, a função social, os desafios do ambiente digital e as novas formas de monetização e gestão de obras.4. Avaliar a aplicação do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, compreendendo seus fundamentos, princípios, mecanismos de responsabilização e sua relação com o direito comparado.5. Analisar os contratos digitais, atos eletrônicos e instrumentos notariais eletrônicos, explorando questões de validade, eficácia, segurança jurídica e a utilização de smart contracts e blockchain.6. Examinar a proteção da segurança digital e a utilização de provas digitais no processo judicial, considerando aspectos técnicos, de admissibilidade e de cadeia de custódia.7. Discutir os desafios jurídicos decorrentes das tecnologias emergentes, como blockchain, criptoativos e novas formas de propriedade digital.8. Debater os aspectos éticos, jurídicos e de governança da inteligência artificial, incluindo responsabilidade civil, governança algorítmica, impactos no mercado jurídico, riscos para a jurisdição e tutela da liberdade cognitiva.9. Promover a produção científica original sobre Direito Digital, incentivando a publicação de artigos, trabalhos comparativos e projetos de pesquisa que contribuam para o avanço do conhecimento jurídico na área.10. Formar pesquisadores e profissionais capazes de propor soluções jurídicas adequadas à regulação das big techs, à proteção dos usuários e à salvaguarda dos direitos fundamentais na sociedade em rede.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. FUNDAMENTOS DO DIREITO DIGITAL	
1.1.	Introdução ao Direito Digital
1.2.	Origens e Evolução da Internet
1.3.	Techs e o novo capitalismo informacional
1.4.	Construção da Norma Jurídica no Ciberespaço
1.5.	Soberania cibernética
1.6.	Construção da norma ciberespacial – a autodeterminação informativa
1.7.	O Código é a nova lei?
1.8.	Princípios do Direito Digital e do Ciberespaço

2. DIREITOS FUNDAMENTAIS E PERSONALIDADE DIGITAL

- 2.1. Direitos Fundamentais e Direitos da Personalidade no Ambiente Digital
- 2.2. Disposições gerais do Direito Civil Digital e conceito de ambiente digital.
- 2.3. Dignidade da pessoa humana e tecnologia
- 2.4. Proteção da Imagem, Nome, Honra, Vida Privada e Intimidade
- 2.5. Direitos Autorais no Direito brasileiro
 - 2.5.1. Breve histórico dos direitos autorais
 - 2.5.2. Conceito de direitos autorais
 - 2.5.3. Limitações aos Direitos Patrimoniais e a Função Social do Direito Autoral
 - 2.5.4. Classificação das Obras Protegidas e Direitos Conexos
 - 2.5.5. O Papel do ECAD e outras associações
 - 2.5.6. Registro da obra
 - 2.5.7. Programas de Computador e a Proteção Autoral
 - 2.5.8. O desafio dos direitos autorais no meio digital
 - 2.5.9. Os streamings e os direitos autorais
 - 2.5.10. Monetização musical e gestão de direitos
 - 2.5.11.
- 2.6. Neurodireitos e identidade digital
 - 2.6.1. Proteção da mente e liberdade cognitiva
 - 2.6.2. Arquitetura de Plataformas Digitais e Manipulação Comportamental: A Juridicidade do Nudging Digital
 - 2.6.3. Implicações no Direito Penal
 - 2.6.4. Outras implicações jurídicas
 - 2.6.5. Privacidade mental e dados cerebrais
 - 2.6.6. Os neurodireitos no projeto de reforma do Código Civil
- 2.7. Propriedade digital
 - 2.7.1. Relevância econômica da propriedade virtual
 - 2.7.2. Propriedade virtual (direitos virtuais)
 - 2.7.3. Conceito e classificação dos bens digitais
- 2.8. Herança digital
 - 2.8.1. Natureza jurídica da herança digital
 - 2.8.2. Tipos de bens digitais herdáveis
 - 2.8.3. Sucessão hereditária do patrimônio digital
 - 2.8.4. Diretrizes para a sucessão de bens digitais
 - 2.8.5. Herança Digital no Projeto de Reforma do Código Civil Brasileiro
- 2.9. Alfabetização digital, letramento digital e inclusão social na era da hiperconectividade
- 2.10. Discriminação algorítmica

3. MARCO CIVIL DA INTERNET E PROTEÇÃO DE DADOS

- 3.1. Relevância do Marco Civil na consolidação de um Direito Digital garantista no Brasil
- 3.2. A aplicação da lei brasileira e o confronto com as Big Techs
- 3.3. Evolução histórica da regulação da Internet no Brasil
- 3.4. Direito comparado: modelos internacionais de regulação da Internet
- 3.5. Estados Unidos: a primazia do setor privado e a lógica da Section 230
- 3.6. União Europeia: o equilíbrio entre proteção de dados e responsabilização de plataformas
- 3.7. China e Rússia: modelos autoritários de vigilância e censura
- 3.8. América Latina: influência do modelo brasileiro e experiências regionais
- 3.9. O vácuo legislativo e os conflitos judiciais na era pré-Marco Civil

- 3.10. Processo democrático e multissetorial de construção da Lei nº 12.965/2014
- 3.11. Definições legais fundamentais e estrutura normativa da Lei nº 12.965/2014
- 3.12. Os sujeitos jurídicos da regulação: usuários, provedores, desenvolvedores e fazedores de conteúdo
- 3.13. Relações jurídicas envolvidas: usuários x provedores x Estado
- 3.14. Análise sistemática dos títulos do Marco Civil da Internet. Disciplina do uso da Internet
- 3.15. Princípios do uso da internet
- 3.16. Objetivos do uso da internet
- 3.17. Direitos e garantias dos usuários
- 3.18. Responsabilidade dos agentes no ambiente digital
- 3.19. Sujeitos originadores de conteúdo digital: responsabilidade direta, liberdade de expressão e dever de reparação civil
- 3.20. Provedores de conexão à internet: função instrumental e exclusão de responsabilidade por conteúdos de terceiros
- 3.21. Provedores de aplicações de Internet: responsabilidade subjetiva, requisitos do artigo 19 do Marco Civil e controle judicial de conteúdos
- 3.22. Sociedade digital e plataformas de redes sociais.
- 3.23. Termos de uso e responsabilidade civil
- 3.24. Cancelamento de perfis, fake news e discurso de ódio
- 3.25. Liberdade de expressão e limites da moderação
- 3.26. Ambiente digital transparente e seguro
- 3.27. Moderação de conteúdo e responsabilidade das plataformas digitais
- 3.28. Transparência algorítmica e auditoria de plataformas de grande alcance
- 3.29. Proteção de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital
- 3.30. Presença e identidade digital de crianças e adolescentes
- 3.31. Deveres das plataformas digitais no ambiente infantil
- 3.32. Publicidade infantil e proteção de dados de menores
- 3.33. O privilégio regulatório das big techs: críticas à disciplina legal e à jurisprudência protetiva das plataformas digitais
- 3.34. Responsabilidade pela guarda de registros de acesso e aplicação
- 3.35. requisição judicial de registros

- 4. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018)**
- 4.1. Bases legais para o tratamento de dados pessoais
- 4.2. Aplicação, Tratamento de Dados e Limitações da LGPD: Fundamentos e Alcance
- 4.3. Definições Legais da Lei Geral de Proteção de Dados: Conceitos Fundamentais e Suas Repercussões Jurídicas
- 4.4. Princípios da LGPD
- 4.5. Tratamento dos dados pessoais
- 4.6. tratamento de dados pessoais sensíveis
- 4.7. tratamento de dados de crianças e adolescentes
- 4.8. término do tratamento de dados
- 4.9. direitos do titular
- 4.10. tratamento de dados pelo Poder Público
- 4.11. Responsabilidades e ressarcimentos de danos
- 4.12. Segurança e boas práticas
- 4.13. Sanções administrativas

5. CONTRATAÇÃO DIGITAL E ATOS ELETRÔNICOS

- 5.1. Contratos Digitais e Comércio Eletrônico
- 5.2. Princípios contratuais aplicáveis aos contratos digitais
- 5.3. Equivalência funcional e segurança jurídica nas contratações digital
- 5.4. Formação, validade e eficácia dos contratos digitais
- 5.5. Assinaturas eletrônicas: simples, avançada e qualificada
- 5.6. Validade, efeitos e meios de comprovação das assinaturas
- 5.7. Contratos inteligentes (smart contracts) e automação de obrigações
- 5.8. Atos Notariais Eletrônicos (E-Notariado)
- 5.9. Prática de atos jurídicos em meio digital
- 5.10. Matrícula Notarial Eletrônica e autenticidade de atos digitais
- 5.11. Segurança, fiscalização e fé pública notarial no meio eletrônico

6. SEGURANÇA DIGITAL

- 6.1. Conceito e proteção da comunicação digital
- 6.2. Criptografia de ponta a ponta e proteção de dados sensíveis
- 6.3. Discussão sobre vulnerabilidades e backdoors
- 6.4. Provas Digitais no Processo Judicial
- 6.5. Admissibilidade e validade da prova digital
- 6.6. Cadeia de custódia das provas digitais
- 6.7. Perícia técnica e integridade probatória

7. TECNOLOGIAS EMERGENTES E NOVAS FRONTEIRAS

- 7.1. Blockchain e Direito Digital
- 7.2. Conceito, funcionamento e aplicações do blockchain
- 7.3. Blockchain como meio de registro e de prova
- 7.4. Smart contracts e sua execução automatizada
- 7.5. Criptoativos

8. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO

- 8.1. Introdução à Inteligência Artificial e ao Direito
- 8.2. Modelos regulatórios internacionais (União Europeia, Estados Unidos, Brasil e outros).
- 8.3. Desenvolvimento ético e governança da inteligência artificial
- 8.4. Princípios éticos aplicáveis à IA (transparência, accountability, não discriminação, explicabilidade).
- 8.5. Governança algorítmica e controle social dos sistemas inteligentes.
- 8.6. oft law e hard law na regulação da IA.
- 8.7. Responsabilidade civil por danos causados por sistemas de IA
- 8.8. Regimes de responsabilidade subjetiva e objetiva.
- 8.9. Teoria do risco e aplicação no ambiente digital.
- 8.10. Responsabilidade de desenvolvedores, fornecedores e usuários.
- 8.11. Criação de imagem de pessoas vivas e falecidas por IA
- 8.12. Perspectivas de regulamentação e tutela preventiva.

8.13.	Perspectivas futuras da IA e o Direito
8.14.	Neurodireitos e proteção da liberdade cognitiva.
8.15.	O papel da IA na atividade jurisdicional: riscos e potencialidades.
AVALIAÇÃO	
Instrumentos de avaliação	A disciplina manterá avaliação continuada. 1- A participação dos alunos durante os encontros, bem como a assiduidade, será levada em consideração para fins de cômputo da avaliação final da disciplina, além do domínio dos temas tratados, leitura do conteúdo das obras indicadas, apresentações orais bem elaboradas e contribuição para o debate. 2- Ao final da disciplina, no prazo de 30 dias após o último encontro, o aluno deverá encaminhar no e-mail docente jesualdo@jesualdojunior.com.br artigo científico inédito, com temática afeta ao conteúdo da disciplina atento às normas da ABNT, com no mínimo 15 e no máximo 20 laudas.
Critérios para aprovação	No cálculo da nota final será atribuída nota 0 (zero), no item específico e dentro do peso previsto neste plano de ensino, ao aluno que não comparecer às atividades sob sua responsabilidade ou não apresentar os trabalhos na forma e nos prazos estabelecidos.
FONTES	
Básicas	BLACKMAN, Reid. <i>Máquinas éticas: seu guia conciso para uma IA totalmente imparcial, transparente e respeitosa</i> . Tradução de Rafael Surgek. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024. CAMPOS, J. R. D.; BUCCI, D.; SALA, J. B. <i>Direitos humanos – proteção e promoção</i> . São Paulo: Saraiva, 2012. COECKELBERGH, Mark. <i>Ética na inteligência artificial</i> . Tradução de Clarisse de Souza et al. São Paulo; Rio de Janeiro: Ubu; PUC-Rio, 2023. COMPARATO, Fábio Konder. <i>A afirmação histórica dos direitos humanos</i> . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. CUSTÓDIO, André; FERNANDES, Ricardo. <i>Proteção de dados e direito digital</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2022. DONEDA, Danilo. <i>Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados</i> . São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. GRECO, Rogério. <i>Provas digitais no processo penal</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2022. HAN, Byung-Chul. <i>Infocracia: digitalização e a crise da democracia</i> . Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022. HONNETH, Axel. <i>Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais</i> . São Paulo: Editora 34, 2009. LESSIG, Lawrence. <i>Code and other laws of cyberspace</i> . New York: Basic Books, 2006. MADRUGA, Sidney. <i>Pessoas com deficiência e direitos humanos</i> . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

- MELO, Aline de Jesus. *Tecnologias da informação para inclusão digital de deficientes mentais*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. São Paulo: Malheiros, 2014.
- NOBLE, Safiya Umoja. *Algoritmos da opressão: como os mecanismos de busca reforçam o racismo*. Tradução de Felipe Damorim. São Paulo: Rua do Sabão, 2021.
- NUSSBAUM, Martha C. *Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa: como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Tradução de Rafael Abraham. São Paulo: Rua do Sabão, 2021.
- PECK, Patrícia. *Direito digital*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- PEIXOTO, Fabiano Hartmann. *Inteligência artificial: estudos de inteligência artificial*. Coleção Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial, v. 4. Curitiba: Alteridade, 2021.
- PEIXOTO, Fabiano Hartmann. *Inteligência artificial e direito: convergência ética e estratégica*. Coleção Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial, v. 5. Curitiba: Alteridade, 2020.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- REED, Chris. *Law of electronic commerce*. 5. ed. London: Sweet & Maxwell, 2020.
- SANDEL, Michael J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Tradução de Heloísa Matias; Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 15. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024.
- SARMENTO, Daniel. *Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia*. Belo Horizonte: Fórum, 2024.
- SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. Bauru: Edipro, 2018.
- SULEYMAN, Mustafa; BHASKAR, Michael. *A próxima onda: inteligência artificial, poder e o maior dilema do século XXI*. Tradução de Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Record, 2023.
- TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
- TEGMARK, Max. *Vida 3.0: o ser humano na era da inteligência artificial*. Tradução de Petê Rissatti. São Paulo: Benvirá, 2020.

**Complemen-
Tares**

Bibliografia Complementar

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2024.

AZEVEDO, Ione Gazola (org.). *Inclusão digital do idoso: direito e interdisciplinariedade*. Rio de Janeiro: Editora Brasil Multicultural, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial*. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe (coord.). *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

BYGRAVE, Lee A. *Data protection law: approaching its rationale, logic and limits*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

DÍAZ, Ramón L. Soriano. *Los derechos de las minorías*. In: DÍAZ, Ramón Soriano; CABRERA, Carlos Alarcón; MOLINA, Juan Jesús Mora. *Diccionario crítico de los derechos humanos*. Universidad Internacional de Andalucía, 2000. p. 305-315.

DONEDA, Danilo; DE LUCCA, Newton. *Tratado de direito digital*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

FLORIDI, Luciano. *The ethics of information*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

HONNETH, Axel. *Freedom's right: the social foundations of democratic life*. Translated by Joseph Ganahl. Cambridge: Polity Press, 2014.

KERR, Ian. *Lessons from the identity trail: anonymity, privacy and identity in a networked society*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LEITE, F. P. A.; RIBEIRO, L. L. G.; FILHO, W. M. D. C. *Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência*. São Paulo: Saraiva, 2019.

LEONARDI, Marcel. *Responsabilidade civil dos provedores de serviços de internet*. São Paulo: Saraiva, 2012.

- LESSIG, Lawrence. *Free culture: the nature and future of creativity*. New York: Penguin, 2004.
- LOVETT, Frank. *Uma teoria da justiça, de John Rawls*. Tradução de Vinicius Figueira. São Paulo: Penso, 2013.
- LUCAS, Javier de. *Solidaridad y derechos humanos*. In: *10 palabras clave sobre Derechos Humanos*. Madrid: Verbo Divino, 2005. p. 149-194.
- LUÑO, Antonio Enrique Pérez. *Derechos humanos, Estado de Derecho y Constitución*. Madrid: Tecnos, 1984.
- MADRUGA, Sidney. *Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- OEA. Organização dos Estados Americanos. *Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência*. In: *Tratados em Direitos Humanos. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos*. Coleção Ministério Público Federal Internacional. v. 2. Brasília: MPF/PGR, 2015. Disponível em: <http://www.pgr.mpf.mp.br>.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. In: *Tratados em Direitos Humanos. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos*. Coleção Ministério Público Federal Internacional. v. 2. Brasília: MPF/PGR, 2015. Disponível em: <http://www.pgr.mpf.mp.br>.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: teoria geral do direito civil*. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- PISÓN, José Martínez. *Tolerancia y derechos fundamentales en las sociedades multiculturales*. Madrid: Tecnos, 2005.
- RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje*. Tradução de Danilo Doneda. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- SARTOR, Giovanni. *Artificial intelligence and legal reasoning*. Cham: Springer, 2020.
- SOLOV, Daniel J. *Understanding privacy*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Encontro	Conteúdos	Objetivos	Estratégias
1	Fundamentos do Direito Digital e do Ciberespaço 1.1 Introdução ao Direito Digital 1.2 Origens e evolução da internet 1.3 Techs e o novo capitalismo informacional 1.4 Construção da norma jurídica no ciberespaço 1.5 Soberania cibernética 1.6 Autodeterminação informativa 1.7 O código é a nova lei? 1.8 Princípios do Direito Digital e do Ciberespaço	Introduzir a base conceitual do Direito Digital, a evolução normativa do ciberespaço e o papel da soberania e regulação digital.	Presencial: Aula expositiva dialogada, análise de casos históricos (ex.: disputas sobre jurisdição digital). Extraclasse: Leituras dirigidas (LESSIG, Code and Other Laws of Cyberspace; SARLET, Dignidade da Pessoa Humana).
2	Direitos Fundamentais e Personalidade Digital 2.1 Direitos fundamentais e da personalidade no ambiente digital 2.2 Conceito de ambiente digital 2.3 Dignidade da pessoa humana e tecnologia 2.4 Proteção de imagem, honra, privacidade e intimidade 2.5 Direitos autorais e desafios digitais 2.6 Neurodireitos e identidade digital 2.7 Propriedade digital 2.8 Herança digital 2.9 Alfabetização e inclusão digital 2.10 Discriminação algorítmica	Analisar a proteção dos direitos da personalidade e direitos autorais no meio digital, discutir neurodireitos, propriedade e herança digitais.	Presencial: Seminários temáticos com estudo de casos (ex.: sucessão de contas digitais, direitos autorais em streaming). Extraclasse: Resumos críticos e análise de jurisprudências (STJ e TJSP). Leituras: SCHREIBER, Direitos da Personalidade; NOBLE, Algoritmos da Opressão.
3	Marco Civil da Internet e Proteção de Dados 3.1 Relevância do MCI no Brasil 3.2 Confronto com Big Techs 3.3 Histórico regulatório 3.4 Direito comparado (EUA, UE, China, Rússia, AL) 3.9–3.35 Estrutura, princípios, direitos, deveres, responsabilidade civil, fake news, moderação de conteúdo, proteção de crianças e adolescentes, guarda de registros	Examinar o Marco Civil como marco garantista, os modelos regulatórios internacionais e os principais desafios atuais (moderação, fake news, deveres das plataformas).	Presencial: Debate sobre casos julgados no STF e STJ (ex.: responsabilidade de plataformas). Extraclasse: Parecer jurídico sobre responsabilidade das plataformas digitais. Leituras: BRASIL, Lei 12.965/2014; PECK, Direito Digital Aplicado.
4	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) 4.1 Bases legais 4.2 Aplicação e limites 4.3 Definições 4.4 Princípios 4.5–4.13 Tratamento de dados pessoais, dados sensíveis, crianças e adolescentes, término do tratamento, direitos do titular,	Examinar fundamentos da LGPD, com ênfase em dados sensíveis, dados de crianças e adolescentes, responsabilidade e sanções administrativas.	Presencial: Aula expositiva com análise de casos (ANPD e tribunais). Extraclasse: Relatório crítico de decisão da ANPD. Leituras: DONEDA, Da Privacidade à Proteção de Dados; BRASIL, Lei 13.709/2018.

Encontro	Conteúdos	Objetivos	Estratégias
	Poder Público, responsabilidade, segurança, sanções		
5	Contratação Digital, Atos Eletrônicos e Segurança Digital 5.1–5.11 Contratos digitais, assinaturas eletrônicas, smart contracts, atos notariais eletrônicos 6.1–6.7 Segurança digital, criptografia, vulnerabilidades, provas digitais e cadeia de custódia	Compreender contratos e atos digitais, blockchain e a validade das provas eletrônicas em juízo, com ênfase em segurança e cadeia de custódia.	Presencial: Oficinas práticas (análise de contratos digitais, verificação de autenticidade de documentos eletrônicos). Extraclasse: Trabalho em grupo sobre blockchain e contratos inteligentes. Leituras: REED, Law of Electronic Commerce; GRECO, Provas Digitais no Processo Penal.
6	Tecnologias Emergentes e Inteligência Artificial 7.1–7.5 Blockchain, smart contracts e criptoativos 8.1–8.15 Inteligência artificial e direito, modelos regulatórios internacionais, ética, governança algorítmica, responsabilidade civil, tutela preventiva, neurodireitos, IA na atividade jurisdicional	Discutir problemas éticos da IA, governança, responsabilidade civil e regulação internacional, bem como o papel da IA no Judiciário.	Presencial: Apresentação dos artigos científicos produzidos pelos alunos. Extraclasse: Entrega do artigo final. Leituras: BLACKMAN, Máquinas Éticas; COECKELBERGH, Ética na Inteligência Artificial; PEIXOTO, Inteligência Artificial e Direito.